



Dezembro 2020

Ano 31

Nº 4

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139 Lisboa, Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Relatório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E DOS NEGÓCIOS

Vivemos num mundo mutável, incerto e complexo e isso era verdade há 20 anos, embora não perceptível na ‘espuma dos dias’, mas apenas agora se revela de forma inequívoca. 2020 marca o ponto de convergência da perturbação nos sistemas político-estratégicos, sociais e económicos, que fez emergir um ponto de descontinuidade estratégica e forçar a emergência das condições de desenvolvimento de uma nova estruturação que encontrará nos próximos meses e anos espaço estratégico de afirmação.

Neste número:

- *Novo ano, nova ordem... muitas interrogações*
- *Perspetiva económica*
- *A ‘década do Oceano’ e as empresas*
- *O turismo hoje. Continuidades e desafios*

Páginas 4 a 5

Editorial

Páginas 6 a 13

O que fica

Fim do ano, fim de uma ordem...muitas interrogações

Os três meses que terminam o ano de 2020 mostram o que terminou ou perdeu validade e estabelecem qual deverá ser a agenda estratégica para o período seguinte. As linhas de orientação que os Estados Unidos revelaram preferir ou aceitar, desde 2016 até 2020, mostram que os EUA desistiram de querer ter uma função hegemónica na estruturação e na gestão da ordem mundial, presos que estão nos seus conflitos internos. Por seu lado, o modo como a UE organizou os recursos para responder à crise originada na peste do Covid-19 confirmou a necessidade do efeito de escala que a União Europeia oferece aos seus Estados-membros, mas revelou também as vulnerabilidades de uma união imperfeita. Por fim, Portugal encontra-se confrontado com a instabilidade da aliança parlamentar, que tem permitido a continuidade do governo minoritário do Partido Socialista, e com a indefinição da estratégia de crescimento e modernização na economia, quando assume a presidência do Conselho da UE e se vão realizar as eleições presidenciais. Seria uma oportunidade de reflexão de longo prazo, mas será prejudicada pelas circunstâncias conjunturais.

Páginas 14 a 20

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

No final de 2020 os exercícios de projeção macroeconómica refletem um cenário de recuperação pós-pandemia, para o qual apenas a China (entre EUA, zona euro e China) parte sem ter regredido em 2020. Este ano foi aliás marcado pela formação, sob liderança chinesa, do maior bloco comercial mundial – o RCEP –, cobrindo quase 1/3 da economia global. Os desafios da concorrência estratégica que representa a China estão bem explícitos nos avanços político-comerciais

chineses, mas também nos desenvolvimentos na área da Inteligência Artificial e na computação quântica e suas aplicações em tecnologias militares.

Só quando a situação pandémica melhorar, as restrições forem aliviadas e nos aproximarmos da (nova) normalidade é que os efeitos da crise económico-financeira e social serão mais evidentes. E a recuperação da economia portuguesa deverá acompanhar apenas temporalmente a recuperação europeia, mas não o seu ritmo.

Páginas 21 a 24

Tema de Fundo

A ‘década do Oceano’ e as empresas

A “Década do Oceano”, mais precisamente, a “Década de Ciência Oceânica para a Sustentabilidade” inicia-se no início de 2021 e estende-se até 2030, pretende fornecer uma estrutura comum para garantir que a ciência dos oceanos possa apoiar os países a cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa foca a sua ação na construção de sistemas de compreensão assentes nos avanços interdisciplinares em ciência oceânica das últimas décadas. Mas o que forem os resultados da década do oceano terão de ser levados em conta na construção de modelos de negócio e estratégias de desenvolvimento empresariais, o que aconselha um envolvimento ativo e pró-ativo das empresas e das organizações setoriais nesta iniciativa, acautelando interesses específicos e adaptando estratégias de desenvolvimento ao campo de possibilidades futuro.

Páginas 25 a 28

Estratégia e Competitividade

O turismo hoje. Continuidades e desafios

No setor do turismo, o impacto das restrições e medidas de contenção implementadas para evitar a propagação da pandemia será mais longo, não havendo quaisquer condições para prever que esta atividade retome, de alguma forma que seja economicamente sustentável, num prazo previsível com algum grau de certeza. O sistema de inter-relações que determinavam a base de desenvolvimento do turismo está agora comprometido, determinando a emergência de um novo paradigma da atividade pós-pandemia. A forma como as empresas e as instituições se revelarem capazes de adaptar os seus modelos de negócio e regulamentações a estas novas realidades determinará o sucesso do relançamento desta atividade para os próximos anos.

Editorial

Se há algo que o último ano confirmou e tornou evidente é aquilo que a SaeR (há pelo menos duas décadas) vem sublinhando como evidência estruturante da realidade: vivemos num mundo mutável, incerto e complexo. Era verdade há 20 anos, embora não perceptível na ‘espuma dos dias’, mas apenas agora se revela de forma inequívoca. Esta realidade impôs-se, e encontrou em 2020 ponto de convergência da perturbação nos sistemas político-estratégicos, sociais e económicos, que fez emergir um ponto de disruptão estratégica e forçar a emergência das condições de desenvolvimento de uma nova estruturação que encontrará nos próximos meses e anos espaço estratégico de afirmação. De facto, os três meses que terminam o ano de 2020 mostram o que terminou ou perdeu validade e, ao tornar evidente o fim das anteriores ilusões de normalidade e de estabilidade, estabelecem qual deverá ser a agenda estratégica para o período seguinte.

Que vivemos num mundo mutável, incerto e complexo era verdade há 20 anos, embora não perceptível na ‘espuma dos dias’, mas apenas agora se revela de forma inequívoca.

2020 marca o ponto de convergência da perturbação nos sistemas político-estratégicos, sociais e económicos, que fez emergir um ponto de descontinuidade estratégica e forçar a emergência das condições de desenvolvimento de uma nova estruturação que encontrará nos próximos meses e anos espaço estratégico de afirmação.



No final de 2020, os exercícios de projeção macroeconómica refletem um cenário de recuperação pós-pandemia, para o qual apenas a China (entre EUA, zona euro e China) parte sem ter regredido em 2020 e se afirma como competidor pelo centro do sistema internacional. Os desafios da concorrência estratégica que a China representa estão bem explícitos nos avanços político-comerciais chineses, mas também no desenvolvimento da Inteligência Artificial (AI) e na computação quântica e suas aplicações em tecnologias militares. Neste contexto internacional, o quadro das perspetivas para Portugal depende de um conjunto de variáveis externas mas também internas, que determinam que a recuperação da economia portuguesa deverá acompanhar a recuperação europeia apenas temporalmente, e não o seu ritmo.

Neste contexto, abordamos nesta edição dois dos domínios com elevado potencial de desenvolvimento na economia portuguesa, que a SaeR lançou no debate público na primeira década do século: o turismo e a economia do mar. Esta, a propósito do lançamento da “Década do Oceano” ou, mais precisamente, a “Década de Ciência Oceânica para a Sustentabilidade”, pretendendo fornecer uma estrutura comum para garantir que a ciência dos oceanos possa apoiar os países a cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa foca a sua ação nos avanços interdisciplinares em ciência oceânica. Mas o que forem os resultados da ‘Década do Oceano’ terão de ser levados em conta na construção de modelos

de negócio e estratégias de desenvolvimento empresariais, o que aconselha um envolvimento ativo e pró-ativo das empresas e das organizações setoriais nesta iniciativa, acautelando interesses específicos e adaptando estratégias de desenvolvimento ao campo de possibilidades futuro.

Atentamos ainda no setor do Turismo, pela relevância económica e estratégica que adquiriu na última década e meia, e que hoje é um dos setores mais impactados pela pandemia. Sabendo que, na perspetiva do tempo longo, esta realidade é tão nova que os seus mecanismos e processos internos de desenvolvimento e resiliência nos são ainda em grande parte desconhecidos, assistimos perplexos à sua (momentânea) implosão. O sistema de inter-relações que determinavam a base de desenvolvimento do turismo está agora comprometido, determinando a emergência de um novo paradigma da atividade pós-pandemia. A forma como as empresas e as instituições forem capazes de se adaptar a estas novas realidades determinará o sucesso do relançamento desta atividade para os próximos anos.

A capacidade de adaptação – e mesmo de reinvenção – das empresas e das instituições Impõe-se a toda a economia É neste contexto que também a SaeR se encontra num momento de evolução. A partir de Janeiro de 2021 a SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco passa a integrar a Crowe Portugal para reforçar a sua área de Advisory.



Mas a capacidade de adaptação – e mesmo de reinvenção – das empresas e das instituições não é uma exigência exclusiva deste(s) setor(es). Impõe-se a toda a economia, que terá de encontrar vias de reposicionamento para um novo contexto. Num mundo cada vez mais global, complexo, incerto e volátil, os mercados e agentes económicos exigem uma resposta e propostas de valor cada vez mais integradas, numa perspetiva, ao mesmo tempo, local e global, holística e especializada, forte e ágil.

É neste contexto de nova exigência que também a SaeR se encontra num momento de reposicionamento e evolução. A partir de Janeiro de 2021 a SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco passa a integrar a Crowe Portugal para reforçar a sua área de Advisory. Esta integração estratégica da SaeR na Crowe corresponde a essa exigência, e constitui a evolução natural no desenvolvimento da sua missão e posicionamento de apoio aos decisões estratégicas. Com esta integração estratégica, a SaeR mantém a sua total independência científica e técnica, com autonomia de gestão e garantindo os mesmos valores e qualidade de serviço aos seus clientes. A marca SaeR irá permanecer ativa na nova denominação Crowe Advisory – SaeR, simbolizando a ligação entre marcas e a prestação de homenagem ao importante legado que a SaeR tem tido na economia portuguesa, desde a sua constituição, há mais de três décadas.

A todos, boas leituras, e votos de boa saúde.

Fim do ano, fim de uma ordem... muitas interrogações

Os três meses que terminam o ano de 2020 oferecem a clarificação para as indeterminações que pudessem existir sobre o que significam e o que implicam os acontecimentos deste ano extraordinário que termina a segunda década do século XXI, durante a qual se consumou a descontinuidade com o padrão de ordem mundial que estava estabelecido desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Os três meses que terminam o ano de 2020 mostraram o que terminou ou perdeu validade e, ao tornar evidente o fim das anteriores ilusões de normalidade e de estabilidade, estabelecem qual deverá ser a agenda estratégica para o período seguinte.



Este último trimestre é, também ele, singular dentro deste ano extraordinário, na medida em que, num prazo muito curto, oferece as conclusões objetivas para o que, até estes últimos três meses, não podiam ser mais do que hipóteses de análise ou previsões contingentes que estavam condicionadas ao teste dos factos.

Este período muito curto mostrou o que terminou ou perdeu validade e, ao tornar evidente o fim dessas ilusões de normalidade e de estabilidade, estabelece qual deverá ser a agenda estratégica para o período seguinte, que terá de incluir a formulação de políticas que preencham os vazios que foram criados pelo que terminou ou perdeu validade.

O fim do padrão de ordem mundial implica que deixou de estar operacional um sistema de regulação de conflitos e de correção dos desequilíbrios, e não se sabe qual será, e quando estará operacional, um novo padrão de ordem mundial com capacidade para regular conflitos e para estabelecer e monitorizar as métricas que definem as condições para uma evolução sustentada e equilibrada.

A competição e a rivalidade entre os Estados Unidos e a China, consequências da emergência de um centro de poder no Oriente, foram distorcidas pela estratégia seguida nos quatro anos da presidência de Donald Trump, baseada no isolacionismo nacionalista e na rejeição das normas do multilateralismo, com a imposição de barreiras e tarifas alfandegárias, ao mesmo tempo que estabelecia novos critérios para as operações militares americanas, que passavam a estar subordinadas à satisfação dos interesses unilaterais americanos.

Para se defenderem da ameaça da competição com a China, os Estados Unidos desmantelaram as suas redes de alianças e abandonaram ou

desinteressaram-se das instituições multilaterais – e assim desistiram de gerir a estrutura de ordem mundial que tinham criado há sete décadas.

É neste contexto de mudança que as consequências da peste mundial do Covid-19 vão transformar o que poderia ser uma mudança controlada pelos procedimentos eleitorais na democracia americana em efetiva descontinuidade.

A crise sanitária, que obriga à paralisação da sociedade para evitar os contágios, implica o congelamento das economias, impedindo o normal funcionamento das empresas e dos mercados. Daqui resultará o aumento do endividamento e do desemprego, a destruição do capital das empresas e a utilização excessiva dos recursos dos dispositivos da segurança social, o que se repercute no aumento dos défices orçamentais. Mesmo que se consiga manter as taxas de juro reprimidas em valores muito baixos (e até em taxas de juro negativas), as métricas que definiam as trajetórias de equilíbrio e de sustentabilidade das variáveis económicas e das diversas rubricas das finanças públicas deixam de poder ser respeitadas, e não existem parâmetros que indiquem o que devem ser os objetivos futuros que permitam recuperar os equilíbrios e a sustentabilidade.

As métricas que definiam as trajectórias de equilíbrio e de sustentabilidade das variáveis económicas e das diversas rubricas das finanças públicas deixam de poder ser respeitadas, e não existem parâmetros que indiquem o que devem ser os objectivos futuros que permitam recuperar os equilíbrios e a sustentabilidade.



Entre as muitas evidências que estes três últimos meses revelaram, merecem ser salientadas as indicações oferecidas pelas eleições presidenciais americanas, que confirmam a divisão radicalizada da política e do eleitorado nos Estados Unidos, o que ilustra e acentua a perda do estatuto de centro hegemónico da estrutura de ordem mundial que estava atribuído aos Estados Unidos, na medida em que uma sociedade dividida e politicamente polarizada não tem a unidade interna que sustente a credibilidade das suas decisões internas e externas.

Também é de salientar o modo como as instituições da União Europeia responderam ao choque sistémico provocado pela peste do Covid-19, no mesmo período em que tiveram de enfrentar as consequências do abandono da Grã-Bretanha e o desafio dos nacional-populistas da Hungria e da Polónia que não aceitam subordinar-se à condicionalidade do respeito das normas do Estado de direito para receberem os benefícios das políticas e dos recursos da União Europeia.

Por fim, a clarificação, no caso de Portugal, de que o modo como não se quis assumir os ensinamentos da crise económica de 2008-2011 teve consequências nos medíocres resultados económicos conseguidos na década seguinte, porque a aliança parlamentar de suporte a um governo minoritário não teve nem a estabilidade nem a coerência que seriam necessárias para

Neste fim de sistema, também o modo de interpretar os sistemas de relações e o sistema de métricas que estabelecem as condições de equilíbrio e de sustentabilidade se alteraram de modo irreversível, e enquanto novas teorias de configuração de equilíbrios sustentáveis em prazos longos e repectivas métricas não existirem, terá de se trabalhar num contexto de incertezas e de paradoxos em que os acontecimentos não confirmam as teorias e não obedecem às métricas.



abrir um novo campo estratégico onde fosse possível formular programas políticos de crescimento e de modernização.

Depois destas evidências, onde os acontecimentos deste último trimestre são fundamentais para se interpretar o que houve de novo no período mais longo deste ano extraordinário que terminou a segunda década do século XXI, não pode haver a ilusão de que ainda seja possível reconstituir a configuração dentro da qual se operou desde 1945.

Não são apenas os acontecimentos que produzem a descontinuidade em relação a esse passado, é também o modo de interpretar os sistemas de relações e o sistema de métricas que estabelecem as condições de equilíbrio e de sustentabilidade que se alteraram de modo irreversível.

Quando um processo de mudança evolui para um processo de descontinuidade entra-se num contexto paradoxal, porque o que antes era validado pelas teorias estabelecidas e pelas relações que configuravam equilíbrios sustentáveis em prazos longos é substituído por novas realidades que não respeitam esses equilíbrios nem obedecem aos padrões que aquelas teorias recomendavam.

Poderá afirmar-se que essas teorias estavam erradas ou que esses equilíbrios não confirmaram a sua sustentabilidade e, depois da descontinuidade a que essas teorias e essas métricas do equilíbrio conduziram, o que tem de se fazer é formular novas teorias e identificar novas métricas do equilíbrio – e enquanto essas teorias e essas métricas não existirem, terá de se trabalhar num contexto de incertezas e de paradoxos em que os acontecimentos não confirmam as teorias e não obedecem às métricas.

Porém, não será prudente procurar novas teorias e novas métricas sem esclarecer o que invalidou teorias que antes eram generalizadamente aceites e empiricamente validadas ou o que se alterou nas métricas de equilíbrio para que elas apareçam agora como fatores de desequilíbrio e de inviabilidade.

A passagem de um processo de mudança para a precipitação de uma descontinuidade não aconteceu de modo inesperado, houve muitos sinais que anunciam a formação de uma crise múltipla que teria como resolução inevitável a crise da descontinuidade.

Não será possível analisar as possibilidades políticas dos Estados Unidos e a sua função de gestão e coordenação do padrão de ordem mundial ignorando o que o período da presidência de Donald Trump revelou sobre a radicalização das divisões na sociedade americana e sobre o que são as consequências da violação da separação de poderes ou das tentativas de manipular e distorcer os resultados das eleições através da interferência do Supremo Tribunal depois de ter sido alterada a sua composição de nove elementos para assegurar uma divisão partidária de 6 para 3.

As linhas de orientação que os Estados Unidos revelaram preferir ou aceitar durante a presidência de Donald Trump, desde 2016 até

2020, revelam que os EUA desistiram de querer ter uma função hegemónica na estruturação e na gestão da ordem mundial, uma vez que a evolução da esfera política interna obriga os Estados Unidos a ficarem presos nos seus conflitos internos, perdendo a visão ou o interesse pelas questões que se colocam na dimensão externa.



Um poder que tenha, ou aspire a ter, uma função hegemónica na estruturação e na gestão da ordem mundial não pode ter a conflitualidade racial e a bipolarização partidária radicalizada que se encontram agora nos Estados Unidos.

Um poder que tenha no seu sistema de valores o respeito pelas normas democráticas e pela separação de poderes, não pode aceitar o recurso a procedimentos de interferência judicial nas relações entre as instituições democráticas, ao ponto de ser proposto ao Supremo Tribunal a alteração da contagem dos votos para inverter o resultado da eleição presidencial.

Do mesmo modo, um poder que queira manter a sua influência no sistema de relações internacionais não deverá adotar linhas políticas de isolacionismo nacionalista rompendo as redes de aliança e as responsabilidades multilaterais, como também não deverá expressar publicamente o seu apoio a forças políticas nacional-populistas na Europa, com o objetivo de fragmentar a União Europeia. No entanto, foram estas as linhas de orientação que os Estados Unidos revelaram preferir ou aceitar durante a presidência de Donald Trump, desde 2016 até 2020.

Na esfera económica, os resultados também não são satisfatórios. Ainda antes da crise sanitária, em 2019, a produção industrial entrou em recessão, de acordo com as análises da Reserva Federal. E se houve crescimento nos mercados financeiros, com a subida das cotações, esse facto não é independente do efeito das baixas taxas de juro, que torna o investimento em títulos mais atrativo em termos de rendimentos potenciais. A estratégia de recuperar competitividade pela via das guerras tarifárias revelou-se um fracasso, como era previsível em termos das teorias das relações económicas internacionais: não estimulou a produção interna e não resolveu os défices da balança comercial.

É na esfera política, porém, que as mudanças introduzidas pela administração Trump são mais relevantes e terão efeitos mais prolongados no tempo,

persistindo mesmo depois de Trump sair da Casa Branca. Ele estruturou a bipolarização na política americana, anulando a tradição de bipartidarismo que permitia encontrar, no Senado e na Câmara dos Representantes, coligações circunstanciais que permitiam ao Presidente concretizar a sua agenda, mantendo a separação de poderes, mas criando as condições necessárias para que a legitimidade própria do Presidente fosse respeitada na aprovação das medidas necessárias para a concretização do seu programa.

Com a estruturação da bipolarização já não é possível o bipartidarismo, porque o que um partido concede será visto como uma vitória do outro partido. Se essa bipolarização for estabelecida na base das divisões raciais e dos conflitos de classes, como Trump deliberadamente quis que fosse (com os seus apoios explícitos a movimentos racistas e com a sua reforma fiscal que beneficiou os grupos de maiores rendimentos), a dualização da sociedade reproduz a bipolarização da política e cria-se uma configuração de guerra civil permanente.

Esta evolução da esfera política obriga os Estados Unidos a ficarem presos nos seus conflitos internos de um modo muito mais eficaz e profundo do que se só houvesse as declarações do Presidente, em discursos públicos ou em curtos textos difundidos pelas redes sociais. E isso implica que, voltados para o interior, os Estados Unidos percam a visão ou o interesse pelas questões que se colocam na dimensão externa.

Neste ponto, terá de se reconhecer que os adversários dos Estados Unidos tiveram uma vitória paradoxal (com poucos meios investidos recolheram largos benefícios) quando avaliaram que seria possível dividirem de tal modo a sociedade e a política americanas que assim conseguiram neutralizar o poder americano.

A derrota eleitoral de Donald Trump não altera esta configuração de articulação de impossibilidades. Pelo contrário, ao mostrar nessa derrota que o eleitorado americano está dividido em duas partes iguais, liberta Trump e os seus adeptos de terem de gerir a herança do que fizeram nos últimos quatro anos e transferem essa responsabilidade para o partido oposto, que não vai encontrar condições favoráveis para explorar a sua vitória.

A crise da hegemonia americana não é só, nem é principalmente, um efeito da competição e da rivalidade com a China. É, sobretudo, uma crise da democracia americana, quando a polarização entre propostas alternativas se transforma numa bipolarização radical que dualiza a política e a sociedade.



Confrontada com uma crise múltipla – sanitária, económica, geopolítica – que seria a melhor justificação empírica para a organização de uma resposta integrada e conjunta dos Estados europeus, de uma estratégia estruturada em função dos recursos comuns que fosse mais importante do que os interesses particulares dos seus Estados-membros, a União Europeia vê serem colocadas no primeiro plano as preferências por propostas de fragmentação e de renascimento dos isolacionismos nacionalistas, que resultam da nova relevância conquistada pelas correntes políticas do nacional-populismo.

É um paradoxo: em nome da soberania nacional, propõe-se um futuro em nome do passado como se não tivesse havido várias descontinuidades, mas onde não haveria os recursos necessários para dominar os vários fatores da crise múltipla que está aberta no presente.

Não é um paradoxo exclusivamente europeu, é comum a todo o espaço ocidental, desde que Donald Trump encerrou o longo período histórico de liderança norte-americana da estratégia de multilateralismo e da globalização e procurou reconstituir um passado mítico de grandeza nacional.

Rompendo as redes de alianças que foram construídas depois de duas guerras mundiais e de uma Guerra Fria, os Estados Unidos abriram um período de rejeição das instituições multilaterais, de fragmentação e de nacionalismos nas relações internacionais, que produzem o paradoxo da destruição de recursos integrados comuns para se ficar confrontado com a evidência de que os recursos nacionais são insuficientes e ineficazes para enfrentar os fatores das crises.

Não se pode ignorar que a União Europeia é um projeto político que emerge da experiência da Segunda Guerra Mundial e da realidade estratégica da Guerra Fria que resultou da emergência e da expansão da União Soviética e cujo destino está dependente do que for a evolução do processo de globalização e do que for a evolução da nova Guerra Fria que resultará da emergência e da expansão da China.

Neste sentido, a União Europeia atual, que já evoluiu do estatuto de projeto para o estatuto de programa dotado de instituições próprias, tem uma responsabilidade especial na resposta ao que foi a evolução da política americana em relação às correntes políticas do nacional-populismo e ao que está a ser a emergência da China como potência global.

O modo como a União Europeia organizou os recursos necessários para responder à crise originada na peste do Covid-19 confirmou a necessidade do efeito de escala que a União Europeia oferece aos seus Estados-membros. Mas o modo como alguns quiseram aproveitar a norma da votação por unanimidade para bloquear esse efeito de escala com o objetivo de satisfazerem interesses particulares, veio revelar as vulnerabilidades de uma união imperfeita.



O modo como a União Europeia organizou os recursos necessários para responder à crise originada na peste do Covid-19 confirmou a necessidade do efeito de escala que a União Europeia oferece aos seus Estados-membros.

Mas o modo como alguns quiseram aproveitar a norma da votação por unanimidade para bloquear esse efeito de escala com o objetivo de satisfazerem interesses particulares, veio revelar as vulnerabilidades de uma união imperfeita. Sem uma união completa com instituições supranacionais, não é possível compatibilizar a norma da unanimidade com a expressão soberanista do interesse nacional, pelo que fica aberta a opção de uma União Europeia de geometria variável ou de cooperações reforçadas, onde será em função de cada programa específico que se determina quem participa em plenitude de direitos e de obrigações e quem invoca o direito de exceção e se exclui dessas obrigações e desses benefícios.



É também o tema da união imperfeita que aparece em primeiro plano na negociação dos termos finais da saída da Grã-Bretanha da União Europeia. As dificuldades desta negociação confirmaram-se e não foi possível obter um acordo satisfatório entre as partes, muito menos nos modelos propostos pelos britânicos com os exemplos das relações com a Austrália e com o Canadá: a proximidade geográfica da Grã-Bretanha em relação ao Mercado Único europeu impede essa transposição de modelos que se aplicam a relações entre continentes diferentes e distantes.

Não é realista admitir que a saída da Grã-Bretanha possa ser concretizada através de um acordo que não tenha em conta as conexões inerentes à proximidade geográfica das duas partes, o que implica algum tipo de partilha de soberania, quanto mais não seja no que se refere à supervisão do que for o cumprimento do acordado.

PORUGAL: A CRISE ESTRATÉGICA NUM CONTEXTO DE ESTAGNAÇÃO

Na vizinhança de assumir as responsabilidades da presidência rotativa da União Europeia, Portugal encontra-se confrontado com o dilema criado pelo reconhecimento de que só na escala europeia se obtém a escala necessária para a criação dos recursos necessários para dominar os fatores das crises e para organizar as estratégias de crescimento e modernização, mas tendo também de reconhecer que as correntes do nacional-populismo existem nos múltiplos eleitorados nacionais e são um obstáculo relevante para a concretização das políticas comuns.

Este é um dilema que tem uma ilustração concreta na experiência de Portugal dentro da União Europeia: depois de duas décadas e meia de convergência com os indicadores das médias europeias, até ao fim do século XX, as duas décadas seguintes foram de acentuada divergência, perdendo-se o que tinha sido obtido no período anterior.

Se na crise económica anterior eram os constrangimentos impostos pelas regras europeias dos planos de estabilidade e crescimentos que eram invocados como razões para a estagnação da economia portuguesa e para a conflitualidade política, na crise que se inicia agora esses constrangimentos foram removidos mas continua a não haver uma estratégia consistente de crescimento económico e de convergência com os indicadores europeus.



A fase crítica desta inflexão da convergência para a divergência situou-se na crise económica de 2008-2011, que nunca foi adequadamente interpretada, mas que encontra agora, na crise económica que se inicia em 2020, um eco paradoxal. Se na crise económica anterior eram os constrangimentos impostos pelas regras europeias dos planos de estabilidade e crescimentos que eram invocados como razões para a estagnação da economia portuguesa e para a conflitualidade política, na crise que se inicia agora esses constrangimentos foram removidos, mas continua a não haver uma estratégia consistente de crescimento económico e de convergência com os indicadores europeus.

Este eco paradoxal da crise económica anterior que aparece na nova crise económica encontra-se também na reabertura da conflitualidade política, com a instabilidade da aliança parlamentar que tem permitido a continuidade do governo minoritário do Partido Socialista e que põe em risco as futuras aprovações dos diplomas orçamentais. É um contexto político que tem de articular a incerteza dos apoios parlamentares com a indefinição da estratégia de crescimento e modernização na economia, quando se abre um período em que a estas incertezas se vai adicionar a responsabilidade de Portugal nos assuntos europeus e quando se vão realizar as eleições presidenciais, uma oportunidade para reflexão sobre a complexidade desta conjuntura marcada pela dinâmica da descontinuidade – mas que será uma oportunidade prejudicada pelas circunstâncias em que vai decorrer a campanha para essas eleições.

Portugal encontra-se confrontado com a instabilidade da aliança parlamentar que tem permitido a continuidade do governo minoritário do Partido Socialista, e com a indefinição da estratégia de crescimento e modernização na economia, ao que se vai adicionar a responsabilidade de Portugal nos assuntos europeus e quando se vão realizar as eleições presidenciais. Seria uma oportunidade mais de reflexão de longo prazo, mas será prejudicada pelas circunstâncias conjunturais.



Perspetiva Económica

PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Nos finais do outono, as perspetivas da evolução económica internacional continuam a encontrar-se dominadas e condicionadas, fundamentalmente, pelas incertezas da evolução da Covid-19, embora se confirmem sinais de esperança com o início da vacinação. Por outro lado, os EUA deverão retomar um padrão previsível de comportamento e de tentativo regresso às regras da (velha) Ordem Internacional.

Excluindo o Brexit, existem vários fatores que no fim do ano 2020 apontam para alguma diminuição da incerteza internacional e o estímulo a nível orçamental, que acoplados a políticas monetárias agressivas deverão permitir e consolidar um padrão de recuperação no ano de 2021 nas economias ocidentais... mas com um padrão de distribuição global mais assimétrico e em deslocação geoeconómica.



Do lado europeu, foram desbloqueados os estímulos comunitários (“bazuca” e orçamento plurianual) para a recuperação económica, embora o Brexit se configure ainda como um cenário de incerteza embora mitigado por um acordo que minimiza uma transição caótica no fim do ano. Estes fatores, salvo o Brexit, apontam para uma diminuição da incerteza a nível internacional – de retoma da confiança económica e do relacionamento internacional – e de estímulos a nível orçamental, que acoplados a políticas monetárias agressivas deverão permitir e consolidar um padrão de recuperação no ano de 2021 nas economias ocidentais.

Na Ásia, a China deveria confirmar o seu ritmo de crescimento mais rápido do conjunto das potências económicas e, por reflexo, o que tal significava em termos geopolíticos – deslocação para Oriente do maior dinamismo económico. Em termos das economias menos desenvolvidas configuravam-se atrasos na vacinação e problemas de financiamento dado a recessão havida com a pandemia. Em suma, o ano 2021 afigurava-se de recuperação, mas mais assimétrico/desigual e em deslocação geoeconómica.

Em termos da pandemia, as incertezas permanecem ainda elevadas, incluindo, nomeadamente, no que respeita à dinâmica da pandemia, ao momento da concretização da vacinação no terreno, bem como ao período de imunização que conferirem. Até a uma relativa massificação que confira imunidade comunitária haverá que gerir ondas/surtos pandémicos que obrigam a restrições no relacionamento social, penalizando as economias – quer do lado da procura, quer do lado da oferta –, em particular as atividades que dependem mais diretamente desse relacionamento social como o turismo, o transporte aéreo, o “HORECA” e as atividades culturais e desportivas presenciais (a “economia de experiências”, *lato sensu*).

Assegurado e percecionado um grau de imunidade comunitária com algum significado (com tradução sustentada no declínio do número de óbitos, dos internamentos e dos cuidados intensivos) é esperado que o grau de confiança do consumidor retome níveis próximos da “normalidade” embora penalizado pelo desemprego e pela inviabilidade de muitos agentes na sequência do período de crise.

Provavelmente, só no final da primeira/início da segunda metade do ano 2021 é que se poderá “respirar” a “velha normalidade” – a “nova” normalidade terá trazido, entre outras, uma digitalização acelerada das economias e sociedades, alterações na procura e utilização dos espaços urbanísticos e imobiliário e um reforço das atividades relacionadas com a saúde, pública e privada.

Os exercícios de projeção macroeconómica refletem um cenário de recuperação pós-pandemia, para o qual apenas a China (entre EUA, zona euro e China) parte sem ter regredido em 2020. Este ano foi aliás marcado pela formação, sob liderança chinesa, do maior bloco comercial mundial – o RCEP –, cobrindo quase 1/3 da economia global.



Os exercícios de projeção macroeconómica refletem este cenário de recuperação. De acordo com os últimos disponíveis, de carácter global e institucional (os da OCDE - Economic Outlook, December 2020), a atividade económica internacional terá regredido a uma taxa de (-)4,2% em 2020 e deverá recuperar a uma taxa de 4,2% em 2021 e de 3,7% em 2022. No quadro das mesmas projeções, os EUA terão regredido (-)3,7% em 2020 e deverão recuperar 3,2% em 2021 e 3,5% em 2022; a zona euro terá regredido (-)7,5% em 2020 e deverá recuperar 3,6% em 2021 e 3,3% em 2022; a China é a única potência económica que não terá registado uma evolução negativa em 2020 (terá crescido a uma taxa de 1,8% em 2020), e deverá recuperar a uma taxa de 8,0% em 2021 e de 4,9% em 2022. (O exercício de projecção do FMI data de Outubro, e apresentava um padrão similar de recuperação).

Na Ásia, a China conseguiu um instrumento de extensão da sua influência.

Em meados de Novembro, formou-se o maior bloco comercial mundial cobrindo quase um terço da economia global, o Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) composto de dez economias do sudeste asiática (a ASEAN) mais a Coreia do Sul, China, Japão, Austrália e Nova Zelândia. O Presidente Trump tinha retirado os EUA da Trans-Pacific Partnership (TPP) em 2017 e, “naturalmente” o vazio de liderança regional económico-comercial criado foi “ocupado” pela potência concorrente. O RCEP espera eliminar um leque de tarifas dentro de vinte anos e inclui disposições sobre propriedade intelectual, telecomunicações, serviços financeiros, comércio digital e serviços profissionais.

Nos EUA, a nova Administração Biden-Harris pretende retomar o papel que tinha anteriormente na cena internacional: “America is back” e “ready to lead” outra vez. Deverá tentar restabelecer os níveis de relacionamento anterior junto dos seus aliados, reafirmar o papel da NATO e relacionar-se

positivamente com a UE e a Alemanha. No entanto, deverá “pedir” a estes, em troca do papel de garante da Defesa e Segurança do teatro europeu, “colaboração” para enfrentar os desafios da concorrência estratégica que representa a China.

Estes desafios estão bem explícitos, nomeadamente, nos avanços politico-comerciais chineses como o RCEP, o desenvolvimento da Road and Belt Initiative (RBI) chinesa e o da tentativa de inserir a rede 5G na infraestruturação das comunicações ocidentais. Atente-se ainda que em termos da Inteligência Artificial (AI), da computação quântica e das suas aplicações em tecnologias militares, os desenvolvimentos chineses conferirão um potencial de supremacia tecno-militar relativamente às correspondentes forças norte-americanas.

Aproveitando o “vazio” norte-americano/ocidental a China já como que “ocupou” Hong-Kong e ameaça crescentemente Taiwan. Não é de excluir que os EUA tentem estender o papel da NATO para enfrentar o desafio chinês. Estes desejos da futura Administração dependem, contudo, não só dos aliados e da reação do “corrente estratégico”, mas também da margem de manobra política que dispuser internamente e que se refletirá também no padrão de política económica que deseja imprimir.

Em Janeiro decorrem eleições para o cargo de dois senadores da Geórgia que caso os Democratas as consigam vencer significará que a futura Administração domina o Congresso (Casa dos Representantes e Senado). Caso não o consiga, significará que o Senado fica nas mãos dos Republicanos que tentarão obstar a medidas de política da nova Administração, em particular, as de carácter económico-orçamental.

Em Novembro a economia norte-americana não tinha criado tantos postos de trabalho como se antevia (o menor volume da recuperação iniciada em Maio) resultado do crescendo da pandemia que penalizava a retoma económico do quarto trimestre. Por outro lado, havia o risco de milhões de norte-americanos perderem o subsídio de desemprego no início de 2021 por ainda, na primeira metade de Dezembro, haver um impasse partidário (ao nível do Senado) quanto a um novo pacote de estímulos.

Estes sinais apontam para que o grau/velocidade da retoma da economia venha a depender da referida margem de manobra da futura Administração. Recorde-se que a OCDE projeta uma taxa de crescimento de 3,2% em 2021 vs (-3,7% em 2020).

Na UE, a Cimeira de Dezembro conseguiu ultrapassar o voto polaco-húngaro quanto aos fundos de recuperação (Next Generation EU [NGEU] cujo elemento

central é o Mecanismo de Recuperação e Resiliência) e ao orçamento plurianual 21-27 (por causa da condicionalidade dos fundos ao respeito da “rule of law” democrática com uma declaração política que dá a possibilidade aos visados de recurso ao Tribunal de Justiça da UE).

Caso não surjam impasses na aprovação destes instrumentos comunitários por parte de Parlamentos dos Estados-membros configuram-se assim condições de estímulos orçamentais (comunitários) para a recuperação económica (embora os fundos de recuperação só devam começar a fluir na segunda metade de 2021). Por outro lado, do ponto de vista da política monetária, o BCE já tinha, nomeadamente, nos inícios de Dezembro, alargado o programa de compra de ativos por emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme* - PEPP) em 500€bn.

No total, o PEPP ficou dotado com 1.850€bn e foi também alargado temporalmente pelo menos até março de 2022. De acordo com as últimas projeções macroeconómicas do BCE, reveladas na altura, estas indicavam que o crescimento real anual do PIB (zona euro) se deveria situar em (-)7,3% em 2020 (revisão em baixa), 3,9% em 2021, 4,2% em 2022 e 2,1% em 2023 (naturalmente, há um contexto de incertezas que apontam para o sentido descendente).

A Cimeira decidiu também o nível de (pelo menos) 55% como objetivo de redução dos níveis de gases de efeito de estufa em 2030 (em comparação com os mesmos níveis de 1990) e ser, assim, líder/modelo mundial na luta contra as alterações climáticas. Tomou conhecimento da evolução das negociações com o Reino Unido (UK) sobre o Brexit que até ao Natal configuravam ainda como a hipótese mais provável a de um “no-deal” no final do ano.

Para evitar uma transição caótica no início do novo ano, a Comissão tinha decidido um conjunto de medidas que a minimizassem, mas que exigia também a reciprocidade do UK.

Tendo em conta, no entanto, o panorama e perspetivas internacionais de uma concorrência estratégica “delicada” entre o “West” e a Eurásia (Rússia + China e economias mais “próximas”) “não” se apercebe se a nível da UE (enquanto entidade política europeia) há consciência e vontade políticas de desempenhar algum papel nesse contexto de concorrência salvo o de sofrer passivamente os seus desenvolvimentos.

A IA, a 5G, a computação quântica, forças de (ciber)Defesa e Segurança são instrumentos necessários para um papel ativo ou, no mínimo, “dissuasor” na cena internacional. Quererá a UE deixar para a NATO esse papel? Ponderou que com o Brexit perdeu o Estado-membro mais qualificado nestes domínios?

Como irá(/irão os Estados-membros responder ao “pedido” norte-americano de uma maior contribuição para a NATO e eventual extensão dos seus “interesses” ao sudeste asiático? E, no caso de reaparecimento de (um) Trump dentro de quatro anos, como e com que agir? (Enfim, é-se líder mundial na “emergência climática”, mas, porventura pior/mais relevante que as alterações climáticas para a evolução da Humanidade são as evoluções dos conteúdos criadores de “desinformação” – e das tecnologias disruptivas, à escala individual e/ou societal, positiva e negativamente).

O quadro das perspetivas para Portugal depende, nomeadamente, da evolução da pandemia, do ritmo de recuperação económica internacional e europeia e da evolução político-económica internacional e europeia, em particular, do processo Brexit.



PERSPECTIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para Portugal depende, nomeadamente, da evolução da pandemia, do ritmo de recuperação económica internacional e europeia e da evolução político-económica internacional e europeia, em particular, do processo Brexit.

Do ponto de vista sanitário, em meados de dezembro, o país continuava e deveria continuar em estado de emergência presumivelmente até que houvessem sinais sustentados de controlo da pandemia. Os números dos infetados diária/semanalmente continuavam elevados, o número de óbitos registava níveis históricos e os serviços hospitalares operavam no limite (que ia sendo estendido à custa do espaço e recursos do tratamento de outras patologias). A segunda vaga tinha surgido mais cedo e mais intensamente do que era esperado. As restrições, no contexto do estado de emergência, variavam de concelho para concelho de acordo com a intensidade (concelhia) da pandemia, não se recorrendo a um “lockdown” generalizado para evitar um colapso económico.

A situação na Europa era relativamente similar. A luz no fundo do túnel eram as vacinas. A sociedade portuguesa deveria começar a ser vacinada no início do ano, tal como os demais estados da UE. O UK já tinha iniciado a vacinação por ter licenciado a primeira vacina disponível (e nos EUA as primeiras vacinas estavam a ser administradas). Mas níveis de imunidade comunitária que permitam uma maior mobilidade deverão demorar ainda alguns meses.

Este panorama pandémico afeta fortemente a economia.

A economia portuguesa tinha registado uma recuperação no terceiro trimestre (uma taxa de crescimento de 13.3% em relação ao trimestre anterior embora uma contração de [-]5.7% em termos homólogos), quando do “intervalo” entre ondas que permitiu uma maior mobilidade doméstica e internacional, mas o

quarto trimestre já deveria registar, de novo, uma contração, à semelhança, entre outras, das economias da zona euro. Seriamente afetados são o sector do turismo/HORECA bem como transporte aéreo e atividades culturais. A evolução no primeiro trimestre de 2021 não deverá melhorar.

As medidas de apoio público sucedem-se e estendem-se no tempo. Nota-se uma preocupação de medidas temporárias em relação a estruturais/definitivas para minimizar efeitos orçamentais a médio/longo prazo. Contudo, as medidas serão sempre insuficientes – os recursos são escassos, e a confiança económica está deteriorada.

Quando a situação pandémica melhorar e as restrições forem aliviadas e nos aproximarmos da (nova) normalidade é que os efeitos da crise económico-financeira e social serão mais evidentes.

E a recuperação da economia portuguesa deverá acompanhar apenas temporalmente a recuperação europeia, mas não o seu ritmo.

● ● ●

Quando a situação pandémica melhorar e as restrições forem aliviadas e nos aproximarmos da (nova) normalidade é que os efeitos da crise económico-financeira e social serão mais evidentes: entre outros, desemprego, pobreza, encerramento de atividades, insolvências, graus elevados de endividamento público e privado, problemas na banca por causa do “mal-parado”.

A recuperação da economia portuguesa deverá acompanhar apenas temporalmente a recuperação europeia, mas não o seu ritmo. Será assimétrica porque a pandemia está a reestruturar as atividades, quer externa, quer internamente.

A receção significativa de fundos comunitários via Next Generation EU [NGEU] ficou adiada pelo menos em meio ano. Se considerarmos as projeções da OCDE (atrás referidas), a economia portuguesa deverá recuperar moderadamente em 2021 com uma taxa de 1,7% vs uma contração de (-) 8,4% em 2020 (já a zona euro recuperaria a um ritmo de 3,6% em 2021 vs uma contração de (-7,5% em 2020).

Este diferencial de comportamento reside, principalmente, no elevado peso que o turismo tem na economia. Os números da OCDE são pessimistas quando comparados com os governamentais (que apontam no OE, para 2021, um crescimento de 5,4%, um défice público de 4,3% e 130,9% para o ratio dívida/pib). No contexto atual dever-se-ão considerar ambas as projeções como “educated guesses” tal é o nível de incerteza.

A agravar as perspetivas portuguesas poderão advir os impactos negativos do Brexit, a agravar no caso de as suas omissões se vierem a revelar fonte de conflitos comerciais no futuro próximo.

Naturalmente, no quadro da concorrência estratégica “delicada” entre o “West” e a Eurásia, atrás referido, os conflitos que daí advirem não deixarão de ter repercussões em Portugal, quer política, quer economicamente. Por

exemplo, há investimento significativo chinês em empresas estratégicas portuguesas e a infraestruturação 5G irá iniciar-se.

Como somos, à escala global, um pequeno país e uma economia semelhante, sentiremos, por vezes com significado, impactes (e pressões). O quadro institucional comunitário (i.e., o comportamento da UE) poderá/deverá conceder-nos a margem de manobra possível, mas haveria que tentar gerir favoravelmente as nossas interdependências .

Os conflitos que advierem da concorrência estratégica “delicada” entre o “West” e a Eurásia, não deixarão de ter repercussões em Portugal, quer política, quer economicamente. O quadro institucional comunitário poderá/deverá conceder-nos a margem de manobra possível, mas haveria que tentar gerir favoravelmente as nossas interdependências.



A ‘década do Oceano’ e as empresas

As Nações Unidas designam dias, semanas, anos e décadas específicos como ocasiões para marcar eventos ou tópicos específicos, a fim de promover, por meio da consciencialização e da ação, os objetivos da Organização. Estão neste momento a decorrer várias destas iniciativas decenais, que terminarão ao longo da década que agora se inicia, e entre 2021 e 2030 decorrerão em simultâneo três décadas – além daquela sobre a qual nos debruçamos neste artigo – a Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável (A / RES / 72/73)-, estarão também em desenvolvimento a Década das Nações Unidas para o Envelhecimento Saudável (A / RES / 75/131) – tema sobre o qual temos vindo também a trabalhar e que foi objetivo de um artigo neste Relatório na sua edição anterior – e a Década das Nações Unidas para a Restauração do Ecossistema (A / RES / 73/284), tema sobre o qual nos debruçaremos na próxima edição, de Março 2021.

A “Década do Oceano”, mais precisamente, a “Década de Ciência Oceânica para a Sustentabilidade”. Inicia-se no início de 2021 e estende-se até 2030, pretendendo fornecer uma estrutura comum para garantir que a ciência dos oceanos possa apoiar os países a cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



A “Década do Oceano”, ou, mais precisamente, uma “Década de Ciência Oceânica para a Sustentabilidade”, a iniciar no início do ano 2021 e estendendo-se até 2030, foi declarada em 5 de dezembro de 2017, e desde então têm vindo a decorrer ações preparatórias para o que vai acontecer a partir de janeiro, pretendendo-se que esta Década forneça uma estrutura comum para garantir que a ciência dos oceanos possa apoiar os países a cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A base é, portanto, que as iniciativas a desenvolver ao abrigo desta Década ofereçam a oportunidade de criar uma nova base, através da política científica interface, para fortalecer a gestão dos oceanos e zonas costeiras “para o benefício da humanidade”, fortalecendo a cooperação internacional necessária para desenvolver a investigação científica e inovadora tecnologias que podem conectar a ciência do oceano com as necessidades da sociedade.

Pelos seus objetivos amplos, e apesar de dirigida especificamente, pela forma como foi definida, a Década, coordenada pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO, exigirá o envolvimento de diferentes partes interessadas, que incluem cientistas, académicos, governos, formuladores de políticas, negócios, indústria e sociedade civil, para encontrar novas ideias, soluções, parcerias e aplicações que permitam alcançar aquele objetivo.

A primeira Avaliação Global do Oceano, realizada pelas Nações Unidas, revelou que, apesar da melhoria da gestão e ações de conservação, grande parte do oceano encontra-se agora seriamente degradado, prevendo-se que a situação se agrave à medida que a população mundial aumenta para atingir cerca de 9 bilhões de pessoas até 2050, naturalmente se o modelo económico subjacente à forma como gerimos a nossa relação com o oceano e com os recursos do planeta não sofrer alterações estruturais.

A iniciativa parte do pressuposto de que a ação só pode ser eficaz se for baseada no conhecimento informado pela ciência, que permita uma maior e melhor compreensão dos processos que levam ao declínio da saúde do oceano, focando a sua ação na construção de sistemas de compreensão assentes nos avanços interdisciplinares em ciência oceânica das últimas décadas.



A iniciativa parte do pressuposto de que a ação só pode ser eficaz se for baseada no conhecimento informado pela ciência, que permita uma maior e melhor compreensão dos processos que levam ao declínio da saúde do oceano, focando a sua ação na construção de sistemas de compreensão assentes nos avanços interdisciplinares em ciência oceânica das últimas décadas para alcançar uma melhor compreensão do sistema oceânico, permitindo a criação de sistemas de decisão articulando ciência e desenvolvimento sustentável, informando as políticas e a sociedade sobre novas formas de abordar os impactos de mudanças climáticas, poluição marinha, acidificação dos oceanos, a perda de espécies marinhas e degradação de ambientes marinhos e costeiros de forma simbiótica com os interesses das sociedades e das economias.

A Década centrar-se-á, assim, no impulso a mais e melhor ciência (de acordo com o Global Ocean Science Report, apenas 0,04% a 4% das despesas totais de investigação e desenvolvimento em todo o mundo se referem a ciência oceânica), pretendendo mobilizar parcerias e aumentar o investimento em áreas prioritárias onde é necessária uma ação urgente. Assim, terá como base as parcerias e tecnologias existentes - e incentivará a criação de novas parcerias e tecnologias - para melhorar e expandir a capacidade científica global necessária para reunir rapidamente informações específicas do problema para atender às necessidades em constante evolução do oceano e da zona costeira e de uma economia azul em rápido desenvolvimento.

A disparidade, a nível global, de disponibilidade de recursos, infraestruturas, tecnologia e capacidade humana para a ciência e a inovação marinhas suscitou que outro foco desta iniciativa das NU se centre na dotação das regiões menos capacitadas, especialmente os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os Países menos desenvolvidos de uma melhor base de conhecimento científico pela maior capacitação para a investigação oceânica, através do aproveitamento, estímulo e coordenação de esforços de investigação interdisciplinar em todos os níveis, a fim de apoiar a entrega de informações, ações e soluções necessárias para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os grandes objetivos desta Década da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável prendem-se assim com o desenvolvimento e partilha do conhecimento científico, mobilizando recursos e inovação tecnológica na ciência dos oceanos, necessários para alcançar os principais resultados sociais almejados:

- Um oceano limpo onde as fontes de poluição são identificadas e removidas
- Um oceano colhido de forma sustentável e produtivo garantindo o fornecimento de alimentos
- Um oceano saudável e resiliente onde os ecossistemas marinhos são mapeados e protegidos
- Um oceano seguro onde as pessoas estão protegidas dos perigos do oceano
- Um oceano previsível onde a sociedade tem a capacidade de entender as condições oceânicas atuais e futuras
- Um oceano transparente com acesso aberto a dados, informações e tecnologias.

Os grandes objetivos desta Década prendem-se assim com o desenvolvimento e partilha do conhecimento científico, mobilizando recursos e inovação tecnológica na ciência dos oceanos para alcançar os principais resultados sociais almejados, concentrando-se em 7 áreas prioritárias.



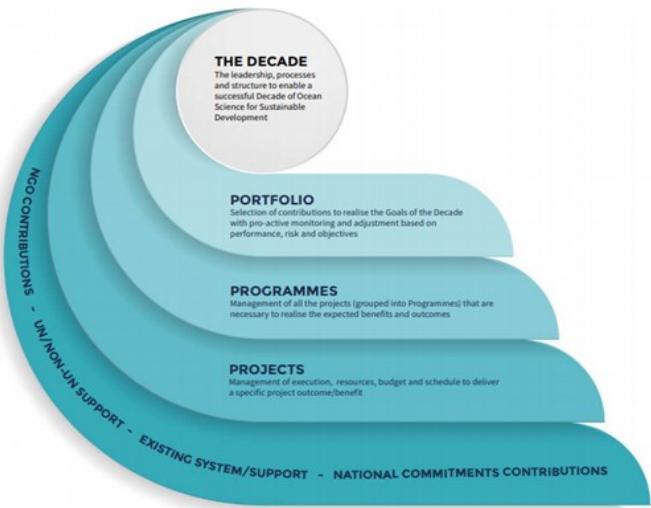
Assim, concentrar-se-á em 7 áreas prioritárias:

1. Atlas digital abrangente do oceano
2. Sistema abrangente de observação do oceano para todas as principais bacias
3. Compreensão quantitativa e qualitativa dos ecossistemas oceânicos e seu funcionamento como base para a sua gestão e adaptação
4. Portal de dados e informações do oceano
5. Sistema integrado de alerta de risco múltiplo
6. Oceano na observação, pesquisa e previsão do sistema terrestre, apoiado pelas ciências sociais e humanas e pela avaliação económica
7. Desenvolvimento de capacidade e transferência acelerada de tecnologia, treinamento e educação, alfabetização oceânica.

O processo pretende implementar uma dupla abordagem onde os objetivos e resultados são acordados globalmente com apoio de todos os grupos e regiões do mundo, mas que permite a definição regional ou mesmo local desses resultados e objetivos, com a formulação de produtos científicos, atividades e parcerias que possam ser propostas no contexto da Década, através de um

processo participativo que crie ligações mais fortes entre cientistas, formuladores de políticas, gestores e clientes de serviços, para que a ciência oceânica ofereça maiores benefícios para o ecossistema oceânico e para a sociedade.

O processo pretende implementar uma dupla abordagem onde os objetivos e resultados são acordados globalmente com apoio de todos os grupos e regiões do mundo, mas que permite a definição regional ou mesmo local desses resultados e objetivos.



Fonte: oceandecade.org

Desta forma, o sucesso da Década dependerá das contribuições daquelas partes interessadas, que serão também, naturalmente beneficiados por ela. Para as empresas, de quem se espera um contributo centrado no desenvolvimento e partilha das novas tecnologias necessárias para atingir os objectivos-chave da década, esta deverá abrir acesso a ferramentas, informações e investimentos necessários para criar soluções para a sustentabilidade dos oceanos e a economia azul.

Mas o impacto desta iniciativa nas empresas e negócios não se restringe a esta oportunidade de desenvolvimento de tecnologias e soluções de sustentabilidade do oceano.

Com efeito, embora seja colocado foco na perspetiva científica, o desenrolar desta Década e dos seus projetos vai condicionar o quadro de referência e de pensamento estratégico dos agentes económicos privados e públicos para as próximas décadas. Dos desenvolvimentos desta Década sairão as políticas públicas que vão criar o quadro de exigências determinantes para quem tem de fazer projetos de desenvolvimento e de negócio neste setor no futuro.

O que forem os resultados da década do oceano terão de ser levados em conta na construção de modelos de negócio e estratégias de desenvolvimento empresariais, o que aconselha um envolvimento ativo e pró-ativo das empresas e das organizações setoriais nesta iniciativa, acautelando interesses específicos e adaptando estratégias de desenvolvimento ao campo de possibilidades futuro.

O turismo hoje. Continuidades e desafios

Foi apenas há pouco mais de um século que começámos a constatar a existência do Turismo. Na perspetiva do tempo longo, esta realidade é tão nova que os seus mecanismos e processos internos de desenvolvimento e resiliência nos são ainda em grande parte desconhecidos.

Foi apenas há pouco mais de um século que começámos a constatar a existência do Turismo. Na perspetiva do tempo longo, esta realidade é tão nova que os seus mecanismos e processos internos de desenvolvimento e resiliência nos são ainda em grande parte desconhecidos.



Será possível que, no nosso DNA, haja algum fator determinante para que sejamos basicamente nómadas e que no fundo somos todos impelidos por essa punção da mobilidade, do nomadismo, de querermos assumir que o Planeta é a nossa Casa Comum? Se assim for, perceberemos o porquê da explosão lenta e sincronizada que foi acontecendo neste lapso de tempo, com interrupções graves, a 1º e 2º Guerras Mundiais, a 1ª Guerra do Golfo, o 11/09/2001, o vulcão Eyjafjallajökull, e finalmente, agora, a pandemia causada pela COVID-19. Se o impulso à mobilidade for de facto um fator determinante e definidor da forma de ser e viver na era moderna, esta, como as outras interrupções, ficará também para trás. De facto, alguém comparou o Turismo à água de um rio: podemos colocar pedras, mas a água encontra sempre forma de as contornar. Mas como no rio, será tudo diferente: o movimento continua, mas o percurso é alterado.

OS PRIMEIROS 20 ANOS DO SÉCULO XXI

Este lapso de tempo divide-se, praticamente, em 2 partes iguais, a primeira na qual o volume do Turismo português estava estagnado e a segunda que teve um notável crescimento de cerca 200%.

Múltiplas avaliações e opiniões foram emitidas sobre as causas que levaram a este fenómeno – só recentemente reconhecido, ou admitido – desde a Primavera Árabe (nada mais errado), até outras teorias mais rebuscadas, mas o facto é que - como sintetizou o Presidente da CTP, Francisco Calheiros “...nunca tantas pessoas, fizeram tudo tão bem, durante tanto tempo...”.

Devemos, também, colocar em contexto que esta transição é simultânea com a crise de dívida em que Portugal caiu entre 2009 e 2013. Não havendo nexo causal, merece registo o facto, pois nesta altura houve uma devastadora mudança no ownership de muitas das empresas e infraestruturas nacionais, dos seus criadores para os seus credores.

No início do século, havia uma imagem sobre que modelo Portugal poderia ter, como destino turístico, numa de 3 comparações: a República Dominicana da Europa, a Flórida da Europa ou ainda a Califórnia da Europa.

A distinção residia em 2 eixos:

- eixo do Turismo de *per si*, ou seja, a capacidade de reter a maior parte da cadeia de valor da atividade económica do Turismo (sendo que a RD representava a menor retenção e a Califórnia a maior).
- eixo em que, macroeconomicamente, o Turismo seria um fator de desenvolvimento harmonioso, em conjunto com outras atividades económicas, não havendo o perigo de se tornar numa “monocultura”, como é na RD, e sim parte de um caleidoscópio que vai da agricultura ao digital, como acontece na Califórnia.

Enquanto assistíamos a um desenvolvimento notável do setor, ocupando um espaço muito relevante na economia nacional, ninguém se preparou para que um dia pudesse definhar... e menos ainda quase implodir...



Neste lapso de tempo, este setor foi emergindo e ocupando um espaço muito relevante na economia nacional, mas ninguém se preparou para que um dia pudesse definhar...e, menos ainda, quase implodir. Neste processo, de facto, o Turismo perdeu flexibilidade, e acabou comprometido por um fenómeno invisível que se abateu sobre os seus pressupostos base.

Nestes 20 anos destacam-se alguns fatores positivos:

- a organização do edifício público do Turismo, com mudanças e reorganizações excepcionais e pouco comuns no Estado Português;
- destaque fundamental, a assunção pelo Estado de que a responsabilidade da mais importante marca do nosso país (Portugal) era sua;
- desenvolvimento do Ensino e da Investigação académica do Turismo, com a consolidação de uma rede de escolas (nos diferentes níveis do ensino) que hoje formam quadros de nível internacional;
- a consolidação de verdadeiros Grupos Turísticos nacionais com expressão internacional;
- a notável criação de empresas com capacidade de oferecerem novos formatos de oferta turística;
- o desenvolvimento harmonioso de vários subsectores, como por exemplo a restauração (com padrões de reputação mundial), da conservação e utilização do Património.

Em suma, como é natural, com erros e defeitos, o Balanço destes primeiros 20 anos no século XXI só podem considerar-se como extremamente positivos, talvez mesmo exemplares no contexto da evolução do setor em Portugal.

As consequências provocadas pela Covid-19 são, além de humanas, também económicas.

As restrições e medidas de contenção implementadas para evitar a propagação da pandemia da Covid-19 têm um impacto global, impondo sobre as empresas, nacionais e multinacionais, consequências inimagináveis. Além do Turismo ser diretamente afetado, outros setores da economia, a nível global, começaram também a ressentir-se, criando as condições para a evidente e grave crise económico-financeira.

Na atividade económica do Turismo, o impacto das restrições e medidas de contenção implementadas para evitar a propagação da pandemia será mais longo, pois a sua cadeia de valor é multifacetada e operava, sincronizadamente, à escala global, não havendo quaisquer condições para prever que esta atividade retome, de alguma forma que seja economicamente sustentável, num prazo previsível e com algum grau de certeza.

Mais importa relevar o carácter único desta atividade, uma vez que o consumidor não compra bens e produtos para consumir de forma controlada, mas, para fruir do Turismo, tem de sair da sua zona de conforto/residência, deslocando-se para outras geografias (sejam nacionais ou internacionais).

O Turismo é – uma vez mais, considerando o tempo longo da evolução das sociedades e das economias– um setor muito novo e, seguramente, esta é a primeira Pandemia com que convive e constitui, em nossa opinião, o primeiro travão global, absoluto, total para o funcionamento desta atividade Humana, com um conjunto de decretos por todo o Mundo, que impede o seu desenvolvimento, e que se manterá até que a imunidade de grupo - mais ou menos globalizada – seja alcançada via vacinação.



O NOVO TURISMO

A evolução do Turismo está baseada no polígono que define as relações interativas entre O Turista, O Transporte, A Tecnologia e A Segurança (fator essencial que tem evoluído nas últimas décadas e agora redimensionado com a Pandemia).

Durante este processo que domina a atenção Mundial, muitos conceitos se alteraram, muitos factos se confirmaram e muitos deles com a própria percepção da realidade que agora vivemos, determinando que aquela que foi a base de desenvolvimento das inter-relações daquele polígono está comprometido, sem data de recomeço.

Reconhecem-se igualmente um conjunto de factos que não seriam ponderáveis no paradigma anterior, mas que agora são absolutamente consistentes com o *novo Paradigma da Atividade Económica do Turismo pós-pandemia*:

- Turista – depois de 2021, há uma mudança radical no seu perfil (quando comparado com o perfil pré-pandemia), sendo hoje a sua motivação primária o “lazer em segurança”;
- Transporte – a impossibilidade de garantir uma mobilidade internacional intensa e saudável, altera os meios de transporte a considerar, com claro retorno aos meios de transporte familiar (automóvel), em detrimento dos transportes que alavancaram o Turismo de massas, com claras consequências nos destinos escolhidos pelo Turista. Logo, há um reforço do Turismo de proximidade e a confirmação de uma estratégia - que já havia sido tentada no passado - de definir um Mercado Interno Alargado Ibérico de 55 milhões de pessoas.
- A Tecnologia – consolidou-se definitivamente uma mudança na relação entre a Humanidade e a Tecnologia. A utilização - que banalizou em semanas - meios e tecnologias disponíveis há décadas, alterando comportamentos sociais, laborais e claramente com impactos na cadeia de valor do Turismo e que são hoje irreversíveis.
- A Segurança – ao longo do tempo foi fator determinante para a existência de fluxos turísticos, estando o conceito associado meramente à segurança bélica, a pandemia veio trazer para as prioridades de confiança do Turista a segurança no plano sanitário.

A forma como as empresas e as instituições se revelarem capazes de adaptar os seus modelos de negócio e regulamentações a estas novas realidades determinará o sucesso do relançamento desta atividade para os próximos anos.

Na SaeR continuaremos a acompanhar a evolução do Turismo, pois temos a convicção de que não podemos voltar a sincronizar o Turismo sem parar para pensar. Temos uma base de trabalho que se impôs pela realidade nestes 20 anos e vamos querer ajudar a preparar o 2º quartel do século XXI.

